

Confirmada adoção de âncora fiscal

BEATRIZ ABREU
e SANDRA SATO

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, admitiu ontem que a única parte concreta do plano de combate à inflação em estudo, no momento, é a adoção de uma âncora fiscal. Isso será anunciado até o final do mês, provavelmente pelo próprio presidente Itamar. "Não é nenhum plano para indexar ou desindexar a economia: são apenas medidas para equilibrar o orçamento do próximo ano", disse. O ministro Cardoso afirmou que não haverá divulgação de novas medidas de combate à inflação no próximo final de semana.

"Vou trabalhar é no Orçamento da União e só nisso", insistiu, desmentindo notícias sobre prefixação cambial ou criação de redutor de tarifas e preços olipolizados.

Não quis confirmar, porém, se o corte nas despesas será de US\$ 14 bilhões. O ministro Cardoso admitiu, também, o anúncio de "outras medidas, mas nenhum pacote". E insistiu: "não haverá nenhuma medida surpresa". Considerou boatos todas as informações sobre medidas de combate à inflação.

Os boatos surgiram logo pela manhã quando o ministro foi chamado ao Palácio do Planalto. Cardoso negou ter discutido com o presidente Itamar Franco medidas de ajuste fiscal e de combate à inflação e disse ter ido ao Palácio para "tomar um café" com o embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido, e com o líder do governo no Senado, Pedro Simon.

Limites — Em 15 dias, no máximo, o Senado deverá fixar o limite de comprometimento da receita líquida com o pagamento da dívida

dos Estados. Foi o que prometeram os integrantes da Comissão de Economia do Senado ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Durante um almoço ontem no Ministério da Fazenda, os senadores ouviram Cardoso explicar as dificuldades do Executivo e pedir limite em 11% da receita.

"O limite ficará entre 9% e 11%", avisou o senador Esperidião Amin (PPR/SC). O senador Elcio Alvares (PFL/ES) comentou que o percentual não será alto a ponto de impedir os pagamentos.

No encontro, Cardoso comentou que o governo tem propostas de curto e longo prazos para realizar o ajuste fiscal, mas não entrou em

maiores detalhes. O líder do governo no Senado, senador Pedro Simon (PMDB/RS), que também participou do almoço, disse que a equipe econômica parece ainda não ter encontrado uma saída para fazer com que as medidas do ajuste fiscal beneficiem o governo já no próximo ano.

O senador comentou que, para o governo poder contar com a reforma fiscal em 1994, o Congresso teria de fazer a revisão constitucional até 31 de dezembro. Si-

mon disse também que um eventual ajuste de emergência, em lugar da reforma mais profunda pretendida pelo governo, dependeria da votação do regimento da revisão constitucional.

NADA DE
CHOQUE ESTA
SEMANA, DIZ
CARDOSO